

Juros altos aumentam dívidas dos estados

■ Crescimento só no mês de agosto foi de R\$ 2 bilhões

BRASÍLIA — Os estados e municípios pagarão caro pela manutenção da política de juros altos, segundo mostra o acompanhamento mensal da política monetária divulgado ontem pelo Banco Central (BC): a dívida dos estados pulou, em agosto, de R\$ 29,1 bilhões para R\$ 30,2 bilhões e a dos municípios do Rio e de São Paulo, cresceu de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. Uma alta de R\$ 2 bilhões (6% do total), em apenas um mês.

No estado do Rio, a dívida em títulos cresceu de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,1 bilhões. O aumento maior foi o da dívida

de São Paulo, que chegou a R\$ 12,9 bilhões. A dívida do município de São Paulo cresceu cerca de R\$ 836 milhões em agosto e ficou na casa dos R\$ 3,5 bilhões. No caso da prefeitura paulista, os juros têm apenas parte da culpa; o pagamento da sétima parcela das dívidas judiciais vencidas até 1988, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes, foi o maior responsável.

A Constituição permite ao município pedir autorização ao Senado para novas emissões de títulos para honrar o pagamento das oito parcelas da dívida judicial vencida até 1988. O total emitido pela prefeitura paulistana para o pagamento da di-

vida, segundo técnicos do BC, ficou entre R\$ 600 milhões e R\$ 700 milhões. No ano que vem, a cidade de São Paulo pagará a última parcela da dívida referente a pendências judiciais. A dívida do município do Rio teve crescimento mínimo, inferior à inflação: passou de R\$ 949 milhões para R\$ 955 milhões.

Dívida Federal — Ao mesmo tempo, a dívida federal no mercado financeiro — papéis do Tesouro Nacional e do banco Central — cresceu cerca de R\$ 10 bilhões, em agosto, e chegou aos R\$ 92,3 bilhões. O aumento ocorreu pela necessidade do governo de controlar o efeito da enxurrada de dólares ocorrida no mês passado. Os dólares obtidos com exportações e in-

vestimentos no país transformam-se em reais, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação na economia. "Fomos obrigados a colocar R\$ 7,5 bilhões de títulos para retirar o excedente", disse Lopes.

Em dois meses, a dívida aumentou R\$ 22,7 bilhões. "Este é o custo da estabilização", afirmou. Mas, ele ressaltou que, com as medidas de restrição ao capital externo adotadas em 10 de agosto, a dívida "está sob controle". O problema, segundo Lopes, só será resolvido com a aprovação da reforma fiscal e das mudanças estruturais do país.

Mais economia na página 14

Sobem os encargos

BRASÍLIA — As despesas com os juros da dívida em títulos do Tesouro Nacional aumentaram 32% entre julho e agosto deste ano. Este pagamento, de R\$ 841 milhões em agosto, neutralizou os esforços de contenção de despesas nos ministérios e foi um dos motivos para o reduzido superávit das contas públicas no mês: apenas R\$ 31 milhões.

De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, o custo da dívida está 1,36% superior à taxa de inflação, mas a grande concentração de papéis vencendo no mercado financeiro neste mês provocou o aumento extraordinário das despesas.

A dívida total do Tesouro com o mercado é de pouco mais de R\$ 77 bilhões e a média mensal de pagamentos de juros anda em torno de R\$ 700 milhões. Se mantiver os juros que vem pagando, o governo gastará em um ano o equivalente a 18% de sua dívida, mesmo que não lance qualquer novo título no mercado.

Os pequenos superávits têm impedido o Tesouro de acabar com o déficit de 1995 causado por um rombo de R\$ 4,3 bilhões nas despesas com pessoal em fevereiro. No ano, o déficit chëga a R\$ 1,3 bilhão.